

HABEAS CORPUS Nº 547.494 - SP (2019/0351772-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : ANTONIO JOSE CARVALHO SILVEIRA
ADVOGADO : ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO SILVEIRA - SP092285
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DEIVISON HENRIQUE SANTANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DEIVISON HENRIQUE SANTANA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - Apelação n. 0006344-13.2015.8.26.0247/50000.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de comparecimento a curso educativo sobre os efeitos das drogas, como incurso no artigo 28 da Lei 11.343/2006.

Inconformadas, acusação e defesa apelaram, tendo o recurso ministerial sido provido para condenar o réu à pena de 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, no regime inicial fechado, mais pagameto de 680 (seiscentos e oitenta) dias-multa, pela prática do delito de tráfico de drogas.

Contra tal decisão, foram opostos embargos de declaração, que foram rejeitados, seguindo-se a certificação do trânsito em julgado do acórdão.

Sobrevieram novos aclaratórios, que não foram conhecidos, mantendo-se a certidão de trânsito em julgado.

Nesta via, alega o impetrante a nulidade da certidão de trânsito em julgado da condenação, diante da oposição de novos embargos declaratórios tempestivos com eficácia modificativa.

Defende que é cabível o deferimento da expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja suspenso o acórdão impugnado, sem prejuízo de reconhecimento da nulidade da denúncia. Subsidiariamente, a revogação da certificação do trânsito em julgado da condenação. Pleiteia a revogação da prisão do réu, deferindo-se-lhe a liberdade, com a expedição de alvará de soltura em seu favor ou a aplicação de medidas cautelares diversas da segregação.

É o relatório.

Infere-se que além deste *mandamus* foi impetrado em favor do ora paciente o HC n. 474.528/SP, impugnando o mesmo acórdão aqui combatido, no qual se assentou a legalidade da certificação do trânsito em julgado da condenação, tendo o aresto restado assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM EM SEDE DE APELAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JULGADOS E REJEITADOS. ANÁLISE DA LEGALIDADE DA

CUSTÓDIA. QUESTÃO SUPERADA DIANTE DO TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. PRISÃO-PENA.

COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Muito embora o trânsito em julgado da condenação tenha sido certificado antes de serem apreciados os embargos de declaração opostos, o Tribunal de origem, recebendo a petição protocolada pela defesa, proferiu o julgamento rejeitando os aclaratórios e mantendo a certidão de trânsito em julgado.

2. Com a superveniência do trânsito em julgado, fica superada qualquer análise da legalidade da custódia antecipada, porquanto se trata, agora, de prisão-pena e não mais de segregação processual, não havendo coação ilegal a ser sanada por este Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgInt no HC 474.528/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 28/03/2019)

Assim, observa-se que neste *writ* tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado remédio constitucional, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade da ação em tela.

Nesse vértice:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA. LAVAGEM DE DINHEIRO, OCULTAÇÃO PATRIMONIAL E SONEGAÇÃO FISCAL. OPERAÇÃO XEQUE MATE. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 34, XVIII, "A" DO RISTJ. INSUBSISTÊNCIA DOS ARGUMENTOS JUSTIFICADORES. REITERAÇÃO DE PEDIDO JÁ APRECIADO PELA QUINTA TURMA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - Cumpre consignar que o art. 932, III, do Código de Processo Civil, aplicável in casu por força do art. 3º do Código de Processo Penal, estabelece como incumbência do Relator "não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida." III - O RISTJ, no art. 34, XVIII, dispõe que: Art. 34. São atribuições do relator: [...] XVIII- Distribuídos os autos: a) não conhecer do recurso ou pedido inadmissível, prejudicado ou daquele que não tiver impugnado especificadamente todos os fundamentos da decisão recorrida; b) negar provimento ao

recurso ou pedido que for contrário a tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, ou, ainda, a jurisprudência dominante acerca do tema" (grifei).

IV - Impossibilidade de conhecimento do recurso ordinário em habeas corpus, quanto às alegações lançadas no RHC n. 113.845/PB impugnado por se tratar de mera reiteração de pedido já apreciado no julgamento, pela Quinta Turma, do HC n. 509.842/PB, em 18/06/2019.

Naquela oportunidade, embora o writ não tenha sido conhecido por se tratar de substitutivo de recurso próprio, as teses foram examinadas, uma vez que, caso houvesse flagrante ilegalidade, seria possível a concessão da ordem de ofício, conforme jurisprudência pacífica desta Corte Superior.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 113.845/PB, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 22/10/2019)

No mesmo diapasão:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA. DECISÃO PROFERIDA COM OBSERVÂNCIA DO RISTJ E DO CPC. PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA PREVIAMENTE SUBMETIDA AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO NO ÂMBITO DO RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. TEMA NÃO SUSCITADO NO RHC. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A prolação de decisão monocrática pelo Ministro Relator está autorizada não apenas pelo RISTJ, mas também pelo CPC. Nada obstante, como é cediço, os temas decididos monocraticamente sempre poderão ser levados ao colegiado, por meio do controle recursal, o qual foi efetivamente utilizado no caso dos autos, com a interposição do presente agravo regimental.

2. Hipótese na qual o recurso ordinário interposto consiste em mera reiteração de pedido formulado no HC n. 516.085/SP, que não foi conhecido por esta Turma em 25/6/2019.

3. Embora o recurso ordinário em habeas corpus consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, habeas corpus substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte. Desse modo, a tese idêntica não pode ser simultaneamente analisada em impetrações/interposições posteriores.

4. Embora o HC n. 516.085/SP não tenha sido conhecido pela

Superior Tribunal de Justiça

Turma, as ilegalidades apontadas pela defesa foram devidamente analisadas a fim de se verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício, o que, contudo, não se constatou no caso.

5. Assim, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional.

6. O alegado excesso de prazo trazido à lume neste agravo regimental não foi abordado diretamente nas razões do recurso ordinário em habeas corpus.

7. Em sede de agravo regimental, não se admite que a parte amplie objetivamente as causas de pedir e os pedidos formulados na petição inicial da ação ou do recurso, pois tal procedimento traduz indevida inovação recursal.

8. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 116.871/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 18/10/2019)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefer-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator